

O fundamento colonial-escravista e o caminho brasileiro para a dependência

Antonio Aurélio Lisboa

Resumo: O presente artigo busca apresentar uma análise e interpretação que historicize, no Brasil, o binômio transferência de valor/superexploração da força de trabalho, aspectos substantivos da condição particular e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Para tanto, toma-se como objeto de exame o processo de colonização portuguesa no território americano na era de dominância do capital mercantil-escravista. Ancorado na historiografia marxista e na crítica da economia política latino-americana, reflete sobre a constituição histórico-concreta de nexos de causalidade entre a condição de dependência deste país e sua gênese colonial-escravista. Objetiva-se investigar e compreender possíveis determinações sócio-históricas e ideo-políticas que fundam e alicerçam a transferência de excedente/superexploração da força de trabalho, ou seja, possíveis fundamentos históricos que fornecem as possibilidades de existência e desenvolvimento, no Brasil, da condição e/ou situação histórica de dependência. Por fim, evidenciam-se determinações que emergem da relação produtiva escravocrata com vistas a comercialização e consumo no exterior, notadamente o racismo moderno e a concentração da propriedade da terra. Ainda que gestados em função do aparato colonial, nossa conclusão indica que tais elementos, uma vez reciclados e reconstituídos no correr da história econômica nacional, encontram adaptação em função do desenvolvimento da dependência brasileira e seu papel na economia mundial.

Palavras-chave: Economia brasileira, colonização; escravidão moderna; superexploração; dependência.

Abstract: This article aims to present an analysis and interpretation that historicizes, in Brazil, the binomial transfer of value and superexploration of labor force, substantive aspects of the particular condition and capitalist development in Brazil. Therefore, the process of Portuguese colonization in the American territory in the era of dominance of the mercantile-slave capital is taken as an object of examination. Anchored in Marxist historiography and in the critique of Latin American political economy, this paper reflects on the historical-concrete constitution of causal links between the condition of dependence of Brazil and its colonial-slavery genesis. The research aims to investigate and understand possible socio-historical and ideo-political determinations that found and support the transfer of value and superexploration of labor force, that is, possible historical foundations that provide the possibilities for the existence and development, in Brazil, of the condition and/or historical situation of dependency. Finally, determinations emerge from the slave productive relationship with a view to commercialization and consumption abroad, notably modern racism and the concentration of land ownership. Although generated in terms of the colonial apparatus, our conclusion indicates that such elements, once recycled and reconstituted in the course of national economic history, find adaptation due to the development of Brazilian dependency and its role in the world economy.

Keywords: Brazilian economy; colonization; modern slavery; superexploration; Dependency.

Introdução

A história econômica do Brasil constitui um violento processo de acumulação e expropriação da riqueza produzida pelo seu povo. Fundamenta-se como uma expressão particular do desenvolvimento da sociedade burguesa, possuindo algumas determinações¹ próprias, articuladas com a dinâmica de reprodução do capital a nível global que, por seu turno, é constituída e coordenada por certa legalidade² objetiva.

Assim como na leitura de Marini (2011) e Fernandes (2020), compreendemos uma mudança qualitativa que nos leva a separar, concreta e analiticamente, o período de dominação colonial do atual regime de capitalismo dependente que vigora no Brasil. No presente artigo, parte-se do pressuposto que a economia e sociedade brasileira, emancipada formalmente no início do século XIX, possui uma substância que forma, constitui e confere certo sentido particular ao desenvolvimento capitalista no território. Em nosso entender, essa substância é composta pela unidade complexa e contraditória de dois elementos, a saber: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. Na realidade concreta esses dois elementos constituem uma complexidade indissociável, e somente para fins analíticos podem ser tratadas separadamente.

¹ Atribui-se para o termo determinação o seu sentido ontológico, o qual pode ser conceituado como “o ato de precisar um objeto mediante a delimitação”. Ao interpretar Spinoza, Ferrater Mora estabelece que “a determinação constitui um procedimento de negação que, ao se determinar um objeto se excluem todas as notas que não pertencem a ele” (MORA, 2001, p. 418). Nesse sentido, a determinação equivale tão somente “a *de-finição* na qual se constitui uma fixação de limites”, de modo que “representa um determinado juízo que responde a perguntas sobre o *ser* de um objeto [...] a determinação como delimitação expressa *uma* das formas de captação racionalista da realidade [...] um momento de captação do real, mas não sua forma única e última” (MORA, 2001, p. 419). Exclui-se, assim, de antemão, qualquer ligação do termo com a noção de “determinismo”, “doutrina segundo a qual todos e cada um dos acontecimentos da realidade estão submetidos a leis naturais”, cujo manejo pressupõe “o vínculo com uma concepção mecânico-universalista do real [...] um sistema fechado [...] implicando necessariamente na eliminação do tempo histórico” (MORA, 2001, p. 420).

² O princípio de que o modo de produção capitalista está regido por certa legalidade objetiva indica tão somente que esse regime de produção possui e expressa uma ordem imanente. Em sentido primário, uma lei ou, mais usualmente, um conjunto de leis de caráter obrigatório e, ao mesmo tempo, relativo. Por possuir uma legalidade de *características histórico-sociais* que se distinguem, certamente, das leis de ordem natural ou das que derivam da ética e da moral, este regime de produção está submetido aos nexos de *causalidade* e *acaso* que fornecem seu movimento *contraditório* de produção e reprodução efetivado pela atividade humana. Nesse sentido, há uma *tendência* da legalidade se expressar. Segundo Carcanholo, “as leis gerais de funcionamento do capitalismo em Marx não podem ser nunca confundidas com o sentido corriqueiro, pobre, de lei e causalidade no sentido determinístico, são sempre leis de tendência, que pressupõem a dialética causalidade-causalidade e a historicidade dos eventos” (CARCANHOLO, 2013, p. 79).

As relações de transferência de valor e superexploração da força de trabalho, ao serem criadas, desenvolvidas e reproduzidas de acordo com a lógica mundial de acumulação capitalista, proporcionam uma racionalidade e funcionalidade que se apresentam aos trabalhadores brasileiros, mas que pertencem à dialética imanente do regime de produção em sua unidade, ou seja, o conteúdo substancial das condições de dependência nos parece ser constitutivo do desenvolvimento capitalista.

Sendo moderno por excelência, nascido e desenvolvido na dinâmica expansiva do capital-mercantil, nos parece que o processo de colonização do Novo Mundo pode estar velando traços relevantes do modo de gestação da cultura moderna e do trabalho livre, notadamente as relações de trabalho escravo-forçado e um tipo de processo produtivo mercantil que possui em sua essencialidade uma tendência de desvincular a circulação, distribuição e consumo dos sujeitos que atuam na produção de valor.

No intuito de expor tais elementos, pretende-se, inicialmente, discutir brevemente as categorias totalidade concreta e particularidade histórica adotadas no âmbito do presente estudo. Nessa discussão, busca-se na abordagem ontológico-objetiva — em detrimento da acepção valorativa — uma maneira de compreender às relações e processos que deram gênese à economia mundial capitalista, destacando, nessas relações, a preeminência das sociedades europeias na expansão mercantil-escravista e a conjugada exploração colonial. Não pretendemos recontar a história do movimento em sua multiplicidade de fatos e acontecimentos, mas sim propor uma análise dos principais fatores e processos que possibilitaram a emergência do Brasil enquanto formação histórica particular, destacando a simultaneidade e associação dos fatos que conduziram o desenvolvimento de um centro hegemônico a uma periferia global no âmbito da unidade capitalista. Por fim, desenvolvemos uma breve caracterização dos elementos moldados na gênese colonial-escravista, sublinhando os fundamentos socio-históricos sobre os quais repousa a condição de dependência.

Considerações iniciais sobre a análise acerca do desenvolvimento socioeconômico.

Na história que nos é passada, os teóricos do humanismo foram os primeiros a radicalizar a ideia de um desenvolvimento social racionalmente orientado (HELLER, 1982). Seguindo as intuições deixadas pelos filósofos da Antiguidade que o período

teocêntrico não conseguiu apagar³, o Renascimento promoveu um momento no qual “a vontade deixou de ser meramente contemplativa e separada da ação, o que supera qualitativamente a cegueira do fazer inconsciente” (PINASSI, 2009, p. 40). Contudo, se a burguesia liberal que emergiu no bojo da ilustração, forjando-se como o sujeito histórico do desenvolvimento racionalmente orientado, foi capaz de mover a sua sociabilidade interiorana feudal para uma mundialização do viver em sociedade — criando a sociedade do capital —, foi ela também que conduziu a história para o estado atual, no qual os seres humanos parecem estar condenados à reprodução eterna do presente (MÉSZÁROS, 2011).

A epopeia revolucionária burguesa, processo iniciado politicamente na segunda metade do século XVIII, e do qual a Revolução Francesa representa momento fundamental, perdeu razão de ser no momento em que a burguesia se viu ameaçada pelo nascente proletariado. Em meados do século XIX, sob a hegemonia dos trabalhadores, as bandeiras de liberdade, fraternidade e, principalmente, a luta pela igualdade, colocaram a burguesia na posição de defesa e conservação da ordem recentemente criada para sua dominação. Tratava-se de “mitigar as contradições para salvaguardar a realidade existente” (PINASSI, 2009, p. 21).

Em meados do século XIX, Marx escrevia que o modo burguês de conceber o desenvolvimento já apontava que

a acumulação de capital [...] a acumulação de riqueza em um dos polos determina no polo oposto, no polo da classe que produz o seu próprio produto como capital, uma acumulação de miséria, de tormentos de trabalho de escravidão, de ignorância, de embrutecimento e de degradação moral (MARX, 1988, p. 201).

É nesse contexto de tragédia que o ideal de um desenvolvimento social racionalmente orientado se materializa em dois projetos societários diametralmente opostos, a saber: o de um desenvolvimento social voltado para a valorização do capital, baseado na propriedade privada da terra e dos meios de produção, e o projeto de

³ Segundo Lukács, “Nas grandes lutas de classes que foram travadas em torno da liquidação da sociedade feudal, o modelo de democracia antiga desempenha um papel determinante nos escritos da vanguarda ideológica desde a Renascença [...] figura entre as maiores deficiências da historiografia do campo ideológico o fato de ainda não ter sido elaborada em lugar nenhum essa conexão entre a Renascença da Antiguidade e a luta da classe burguesa por sua libertação” (LUKÁCS, 2018b, p. 105). No campo da Ciência Política destacamos os recentes trabalhos de Antonio Carlos Mazzeo (2009, 2019) como tentativas de lastrear essa conexão.

desenvolvimento social dos e para os trabalhadores, baseado na socialização dos recursos fundiários e dos meios de produção. Dentre outros fatores, essa disputa tornou-se condição suficiente para que os defensores do desenvolvimento burguês passassem a converter a razão em instrumento de apologia à ordem do capital, levando a teoria crítica do século XX a problematizar “não apenas a atividade, mas o *sentido* da ciência” (ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p. 11).

A filosofia que, no século dezoito, apesar das fogueiras levantadas para os livros e as pessoas, infundia um medo mortal na infâmia, sob Bonaparte já passava para o lado desta. Finalmente, a escola apologética de Comte usurpou a sucessão dos enciclopedistas intransigentes e estendeu a mão a tudo aquilo contra o qual haviam se colocado. As metamorfoses da crítica na afirmação tampouco deixam incólume o conteúdo teórico, sua verdade volatiliza-se (ADORNO e HORKHEIMER, 2006, p.12).

Marx interpreta essa transfiguração na orientação científica como parte de um processo de decadência ideológica da burguesia⁴ (MARX, 2017). Destaca-se a íntima relação entre os desdobramentos dessa ideologia apologética com a eficiência da produção material, com a busca de respostas aos problemas colocados pelo desenvolvimento do capital. Como comenta a socióloga brasileira:

Pode-se dizer que a decadência ideológica foi a forma de sociabilidade instrumental e universal necessária ao desenvolvimento do capital, à formação do grande mercado mundial, ao nascimento das nacionalidades advindas do período das grandes e pequenas Revoluções Burguesas, radicais e passivas, clássicas, tardias e hipertardias, fase em que o capitalismo consolidava a positividade de sua dominação social (PINASSI, 2009, p. 16).

Esse modo de interpretar a decadência ideológica do regime burguês, associada à formação do mercado mundial e o desenvolvimento do regime capitalista em economias nacionais, nos parece terreno fértil para examinar a orientação que foi dada pela burguesia brasileira como resolução diante dos problemas do capitalismo no Brasil. Abordaremos esse tema no debate sobre a gênese colonial. Por ora, cumpre apenas pontuar que as raízes (mas somente as raízes) do liberalismo brasileiro estão em Portugal, que a Revolução do Porto, de 1821, na qual a burguesia daquele país conservou a orientação mercantil-escravista em plena ascensão do capitalismo industrial, desempenha papel fundamental na formação inicial do ideário conservador e, por consequência, repressivo do Estado brasileiro, movido pela mentalidade de associação subordinada da classe dominante

⁴ O tema da decadência ideológica sob o prisma de Marx obteve amplo desenvolvimento no decorrer do século XX e XXI. Cf., entre outros autores, Netto (2011); Lukács (2020); Konder (2020).

local⁵. No entanto, o desdobramento da ideologia que alimenta o desenvolvimento dependente no Brasil está assentado nos contornos que a ciência ganhou após os acontecimentos que tomaram a Europa entre os anos de 1845 e 1848.

A marcha expansionista que o capitalismo vivenciou na segunda metade do século XIX, em especial após o processo de centralização de capital ocorrido com a crise da década de 1880 e que abriu a fase monopolista, não seria possível sem um conjunto de ideias racionalmente sistematizadas. Para o caso brasileiro encontra-se no positivismo, notadamente o francês, a expressão teórico-política que referendou a concepção segundo a qual o desenvolvimento social obedeceria a uma trajetória linear, cujo ponto de partida estava no estado em que o mundo se encontrava, imensamente diverso, e o ponto de chegada tinha como modelo a moderna sociedade europeia. O lema era *progresso* para negócios e *ordem* nas tribos e senzalas.

Esse movimento ideológico passaria por outras reconfigurações no século XX, em correspondência com as mudanças que a divisão internacional do trabalho veio a sofrer, provocadas, por sua vez, pelo avanço do capital monopolista em escala planetária. A metamorfose dessa ciência apologética nos é apresentada com o acréscimo do prefixo “neo” ao positivismo, mas, a bem da verdade, o novo revelou-se como uma simplificação ainda maior da ciência histórico social. No neopositivismo a exacerbada matematização do fenômeno social busca legitimar o *status* de neutralidade da ciência positiva, procedimento que acaba por desistoricizar o modo de produção⁶. Para Florestan Fernandes, “a nova sociologia da ordem, constituída sob o impacto direto ou indireto da polaridade dominação, sob o capitalismo maduro [...] extirpa a historicidade na interpretação do concreto e ignora as relações recíprocas entre *estrutura* e *história*” (FERNANDES, 1980, p. 69).

⁵ Como exemplo deste liberalismo que conserva a orientação mercantil-colonial é seminal a obra de Carlos Augusto Taunay, *Manual do agricultor brasileiro* de 1839. Largamente difundida no país, em seus primeiros anos de vida independente, o livro já em sua introdução indica que “entre todas as regiões do globo, talvez a mais apropriada à agricultura seja o Brasil [...] o Brasil é, por sua natureza, destinado a servir de império a todos os povos” (TAUNAY, 2001, p. 33).

⁶ “A teoria do desenvolvimento se faz em capítulo da economia [...] isto é, com a exclusão da história propriamente, bem como do conjunto de fatores e circunstâncias específicas que entram na formação e caracterização de cada país em particular” (PRADO JR, 2001, p. 20). Ou, “fora da história a economia se reduz à lógica, a uma gnosiologia, que tanto são econômicas como físicas ou químicas” (RANGEL, 2005, p. 287).

Nascidas em tais circunstâncias, as teorias da modernização reciclam a abordagem linear do desenvolvimento, “as etapas do desenvolvimento econômico” passam a ser determinadas por modelos teóricos construídos *a priori*, que não levam em conta a historicidade do desenvolvimento social. Todavia, se o sentido da ciência oficial é subsidiar teoricamente a ordem de reprodução e o desenvolvimento do capital em seu movimento de autoexpansão, esses modelos não só hegemonomizam os estudos que dão base analítica para “a peregrinação dos países ‘atrasados’, cuja história [durante os séculos XIX e XX] é a história da tentativa de alcançar o mundo mais avançado por meio da sua imitação” (HOBSBAWM, 1998, p. 15), mas também promovem com êxito a modernização dessas nações sem, no entanto, alterar a hierarquização da economia mundial; pelo contrário, cumprem a função de sedimentá-la por meio da naturalização.

A historização do processo que levou a burguesia a transitar do *status* de classe revolucionária para a posição de classe que conserva e promove a ampliação de um sistema de dominação nos possibilita interpretar que os conceitos de desenvolvimento e progresso, no âmbito da análise social, não fazem referência direta e restrita ao ideal de desenvolvimento capitalista. Na verdade, essa é uma forma de interpretá-los – forma essa que foi conferida pela burguesia no âmbito de sua proeminência no processo de institucionalização da ciência na época moderna.

A unidade histórica que liga imperialismo e dependência, o capitalismo (AMARAL, 2012), pode ser vista como parte do movimento de desenvolvimento do ser socialmente constituído, como parte da história da humanidade. O capitalismo, que possui dinâmica autoexpansiva, foi a forma encontrada pelo ser social (sob condições de extermínio e/ou dominação de uma imensa maioria de povos) de universalizar com uniformidade as relações sociais. Seria anacronismo de nossa parte entender a forma capitalista de produção como resultado necessário do desenvolvimento histórico. Contudo, na luta pela sobrevivência ela foi (reitera-se, baseada no saque e no extermínio) o modo que vingou vitorioso.

Longe de reproduzirmos qualquer perspectiva fundada no eurocentrismo, adota-se a perspectiva marxiana segundo a qual o progresso na vida social de forma geral vincula-se à concepção de que o ser social responde histórica, objetiva e positivamente às suas necessidades, em um eterno conflito consigo mesmo e o meio natural ao qual pertence (MARX, 2017).

Segundo Bonente (2011), são características desse progresso:

a) o recuo das barreiras naturais, ou seja, a diminuição (mas nunca eliminação) do papel exercido pelo elemento puramente natural na reprodução da vida social, implicando uma crescente socialização da vida social;

b) a crescente formação do gênero humano, ou seja, a crescente tomada de consciência dos indivíduos relativamente à sua identidade genérica bem como da singularidade individual.

c) o aumento das forças produtivas do trabalho, incidindo diretamente na diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da vida social;

Desse modo, o desenvolvimento socioeconômico “é pensado no sentido ontológico-objetivo e não na acepção valorativa” (LUKÁCS, 2013, p. 178). Refere-se ao efeito da práxis humana que produz a capacidade de um “desenrolar” – essencialmente desigual –, das relações de produção, melhoramento das condições que fornecem as possibilidades de vida e reprodução do ser social.

Amparada por tal caracterização de desenvolvimento, persegue-se, especificamente, a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil, e busca-se, nas propriedades objetivas de funcionamento da produção capitalista e de reprodução da sociabilidade burguesa – a acumulação de capital –, um modo objetivo de interpretar o desenvolvimento⁷. Em outras palavras, busca-se, no desenrolar das tendências inerentes à processualidade capitalista, uma forma de averiguar a dinâmica de desenvolvimento desse modo de produção no Brasil.

São tendências da dinâmica de desenvolvimento capitalista:

a) a subsunção do território, do Estado, da população à lógica de reprodução do capital, ou seja, converter expansivamente a reprodução da vida social em função da valorização do valor;

b) o aumento da composição orgânica do capital;

c) os processos de concentração e centralização de capital.

Sendo o Brasil uma formação social capitalista essas tendências norteiam nossa investigação sobre a gênese e os fundamentos do desenvolvimento capitalista local, nelas

⁷ Nas palavras de Werneck Vianna: “desenvolvimento é realizar algo que está contido no ser” (WERNECK VIANNA, 2009, p. 376).

estão exatamente o fio condutor que nos possibilita averiguar o desenvolvimento desse modo de produção no país.

Totalidade concreta e desenvolvimento do particular

A condição de país dependente que particulariza historicamente o Brasil assinala a forma pela qual o capital produz e desenvolve seu processo de valorização, reproduzindo a acumulação de capital localmente e em funcionalidade com a totalidade do modo de produção. Qualifica também a situação do trabalhador que, em um país capitalista, reproduz a sua força de trabalho nos diversos momentos históricos alicerçado em condições que estão abaixo do *mínimo necessário* para a reprodução da vida humano-social.

Na imediatividade cotidiana, para os indivíduos que estão sujeitos a essa formação histórica, criando e desenvolvendo relações de produção e sobrevivência sob circunstâncias “que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2011, p. 25), a situação histórica de dependência da economia nacional pode parecer-lhes uma realidade social total, permeia as mais diversas esferas da vida social, abarcando a totalidade e imprimindo as possibilidades do existir e reproduzir-se. A dependência é vista como resultado de uma espécie de incompletude nas transformações modernizantes, um eterno passo atrás na eliminação das relações e processos estranhos à sociabilidade moderna. Tal aparência está correta em certa medida, dado que o sentido da dependência incide e penetra no conjunto dos processos e relações sociais locais, que a realidade material e sócio-política confirma a presença e renovação de relações não-capitalistas no próprio desenvolvimento capitalista, e que não há dúvida de que o início das grandes transformações modernizantes (por exemplo, Lei de Terras, abolição do trabalho escravo, instituição de um sistema político republicano com estados federados, incremento do setor industrial na produção nacional) foi relativamente tardio.

Contudo, entendemos a economia nacional como uma parte estrutural de um todo maior e articulado – o modo de produção capitalista –, de modo que a forma de ser dependente da economia brasileira tão somente pode ser analisada cientificamente como algo específico de uma realidade diversa, porém unitária. Desse modo, destacamos a unidade na temporalidade do modo capitalista de produção, ou seja, o tempo histórico da totalidade é uno e, em seu interior, desenrolam-se desigualmente economias nacionais em função da reprodução de um único modo de produção, historicamente determinado, de

caráter auto-expansivo, cuja mola propulsora está na valorização do valor pela exploração da força de trabalho.

No pensamento de Marx a compreensão racional de qualquer fato particular só é possível no interior da análise da respectiva totalidade concreta; concreta por estar em curso de desenvolvimento e autocriação. Como interpreta o filósofo tcheco:

Um fenômeno social só é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo, em recíproca conexão e mediação da parte com o todo [...] a particularidade define a si mesma e define o todo, é produto e produtora [...] os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 1985, p. 49).

O real é aquilo que não se vê. Em Marx, assim como no pensamento de Hegel, “só a totalidade é verdadeira” (MANDEL, 1985, p. 8). Dessa forma, consideramos insuficiente a análise que compreende a economia nacional como um sistema delimitado em si mesmo. Busca-se o caminho contrário, a saber: compreender o fenômeno da dependência como um momento de um todo, momento esse definidor de si mesmo e do todo no qual repousa sua existência, produto e, ao mesmo tempo, produtor da economia mundial capitalista⁸.

Em nossa investigação sobre a historicidade dos elementos substantivos do desenvolvimento capitalista no Brasil, interpreta-se a categoria de totalidade concreta não apenas como um recurso metodológico de apropriação da realidade social, tampouco se limita tal categoria a um princípio epistemológico, mas, antes, entende-se por economia mundial a unidade do real. Nesse sentido, buscamos interpretar a posição e a funcionalidade da economia dependente brasileira na reprodução da unidade da sociabilidade burguesa, que é diversa por natureza⁹. Logo, analisa-se o movimento recíproco “do todo para as partes e das partes para o todo” (KOFLEER, 2010, p. 57), “da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (KOSIK, 1985, p. 44). Procede-se assim por entendermos que a economia mundial cria-se a si mesma na relação com as economias nacionais, que essas só podem ser racionalmente

⁸ “O particular revela e exprime o universal, porque o sintetiza” (WAIZBORT, 2009, p. 414).

⁹ “Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o universo” (RANGEL, 2005, p. 293).

compreendidas como fatos de um todo dialético, como partes estruturais do todo, particularidades sem as quais não haveria existência do conjunto.

Em síntese, o percurso socio-histórico pelo qual se formou a economia dependente brasileira conecta-se com a formação e o sentido da economia mundial capitalista, suas características substanciais, a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho, estão atadas com a razão de ser do modo de produção; isto é, há uma funcionalidade no desenvolvimento da economia dependente.

Nossa análise circunscreve a categoria de economia nacional dependente no marco de relações sociais capitalistas, pressupondo o caráter historicamente determinado e transitório desse tipo particular de sociabilidade. Nas palavras de Marx:

A análise científica do modo capitalista de produção demonstra [...] que ele é um modo de produção de tipo particular, especificamente definido pelo desenvolvimento histórico; que, do mesmo modo que qualquer outro modo de produção determinado, ele pressupõe [...] formas de desenvolvimento como sua condição histórica [...] que as relações de produção correspondentes a este específico modo de produção, historicamente determinado (relações nas quais os homens penetram em seu processo de vida social, na criação de sua vida social), tem um *caráter específico, histórico e transitório* (MARX, 1986, p. 414).

Particular sob o prisma do desenvolvimento histórico do ser social, mas totalidade das relações que conformam a condição histórica brasileira: assim compreendemos o modo de produção capitalista. A busca por uma interpretação dialética da dependência, que capte os fundamentos e os aspectos substantivos, os quais singularizam a particularidade histórica brasileira, e que permanecem no desenrolar de sua reprodução particular, demanda ter em mente o caráter preponderante das múltiplas determinações do todo¹⁰, ou seja, o sentido da particularidade brasileira encontra fundamento na reprodução da totalidade à qual pertence.

Dessa forma, não só a gênese do capitalismo no Brasil, como o seu próprio desenvolvimento estão atados à gênese e ao desenvolvimento desse modo de produção que possui, por sua vez, tendências de reprodução, decadência e desaparecimento.

¹⁰ Encontra-se na obra de Lukács sobre a reprodução do ser social advertência equivalente: “a partir dessas interações se desdobra o processo de reprodução do respectivo complexo total, e isso de tal modo que os complexos parciais, por serem – ainda que relativamente – autônomos, também se reproduzem, mas em todos esses processos *a reprodução da respectiva totalidade compõe o momento predominante nesse sistema múltiplo de interações*” (LUKÁCS, 2013, p. 162).

“Assim, as partes e o todo constituem-se reciprocamente, modificando-se no mesmo processo que se formam” (IANNI, 1989, p. 94).

O Brasil, nação formalmente independente e com espaço territorial reconhecido internacionalmente, estrutura-se como particularidade histórica no âmbito do modo de produção capitalista no início do século XIX. O país, em uma perspectiva histórica ampla, surge como resultado do desenvolvimento das relações mercantis das sociedades europeias, como produto histórico da expansão comercial gerada pela desagregação do modo de produção feudal na Europa¹¹. Na verdade, o próprio capitalismo expressa uma forma de vida em sociedade cujas relações mercantis possuem padrão altamente desenvolvido (CARCANHOLO, 2011). Assim, ele também é resultado, dentre outros fatores, do mercantilismo europeu colonial-escravista. Nesse prisma, a sociedade brasileira, que nasce nas vísceras do processo que conduziu à mecanização da produção na Inglaterra e, por isso, ligada comercialmente a esse país desde seu princípio, é moderna por excelência. Pertence historicamente ao lado avesso da modernidade, lado no qual se compartilham as dores, mas se carece das realizações¹².

O debate travado no decorrer do século XX sobre a caracterização da estrutura socioeconômica criada pela colonização portuguesa no território americano e as continuidades desse sistema após a emancipação política de 1822 tornou-se um clássico do pensamento social no Brasil. O acúmulo teórico que o passar do tempo transmite e a própria expansão das relações capitalistas no país nos proporciona tecer alguns comentários sobre essa questão tão discutida e de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa investigação. Segundo Leandro Konder (2010), no livro *A derrota da dialética*, o germe da ideia segundo a qual o Brasil teria um passado feudal remonta aos escritos da historiografia ibérica do século XIX. As interpretações de Oliveira Vianna (1952), Nestor Duarte (1939), Alberto Torres (1982), e Capistrano de Abreu (2000) expressam o peso que a teoria de um “passado feudal” teve na intelectualidade brasileira no início do século XX.

Mesmo um autor como Gilberto Freyre, apesar de revelar a originalidade da sociedade lusitana e de apontar seu ‘burguesismo precoce’, com a predominância do capital comercial na colonização, acentua que no Brasil,

¹¹ “Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente” (FERNANDES, 2020, p. 37).

¹² “Numa palavra, e para sintetizar o panorama da sociedade colonial: incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução nos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos” (PRADO JR., 2015, p. 378).

dadas as especificidades do processo de ocupação territorial, os portugueses sofreram uma refração séria, retrocedendo em sua colônia americana, em pleno século XVI, à era feudal (MAZZEO, 2015, p. 116).

Essa forma de interpretar nosso passado, que seleciona e prioriza certos aspectos jurídicos e algumas expressões de dominação política na organização colonial para determinar o sentido feudal de toda a estrutura, também encontra respaldo em parte significativa da análise marxista do período, com Octávio Brandão (2019) e Alberto Passos Guimarães (1981) figurando entre os teóricos mais destacados. Kaysel (2012), que produziu uma consistente pesquisa sobre o florescimento do marxismo no Brasil no século XX, ao fazer um percurso analítico sobre os documentos e teses do *Komintern*, principalmente os resultantes do VI Congresso de 1928, associa não somente a influência decisiva da III Internacional Comunista na intelectualidade marxista brasileira, mas também interpreta o teor eclético-positivista que teria influenciado o marxismo ao final do século XIX, agregando as concepções de Comte, Spencer e Lassalle ao arsenal teórico de Marx e Engels.

Caio Prado Jr. (2015), por sua vez, tem sido criticado pela sua postura de, no afã de censurar a ideia de “relações feudais” no processo de colonização portuguesa, conferir ênfase genérica às relações de circulação mercantil e, assim, ter um pressuposto para determinar a existência de relações capitalistas desde o início da colonização. Para Coutinho (2012), trata-se de um desvio circulacionista na obra do autor de *Formação do Brasil Contemporâneo*, desvio no qual as relações de circulação mercantil exercem maior influência na análise em detrimento das relações de produção. Em nosso entendimento, houve uma continuidade desse prisma na obra de João Manuel Cardoso de Mello (1982).

Sob esse aspecto a obra de Caio Prado Jr. é criticada por Saes (1982) e Cardoso (1979). Fortemente embasados pelos escritos de Althusser e Poulantzas, os dois autores procuraram argumentar a existência de “outro modo de produção” para caracterizar as relações de produção do período colonial e do império-escravista instituído após a independência de 1822, expondo como principal conclusão a ausência de relações de trabalho assalariado e a conseqüente inexistência de um mercado interno tipicamente capitalista. Autores como Gorender (1978), Moura (2013) e o próprio Novais (2019), reconhecidamente um dos maiores continuadores da obra de Caio Prado Jr., também sedimentam a ideia de um “outro modo de produção”, a despeito de não declararem filiação althusseriana. Para Cardoso e Saes há um agigantamento na leitura de Caio Prado Jr. sobre o papel exercido pelo capital mercantil metropolitano no processo de

colonização. Em oposição, os autores conferem centralidade aos elementos endógenos, buscando na germinação e no desenvolvimento das relações mercantis no interior da colônia o nexo explicativo para o próprio rompimento da condição colonial.

Antes de analisar o problema em questão, nos parece pertinente pontuar que o método de análise adotado pelos dois autores, o privilégio das variáveis internas como força explicativa predominante, pode estar dentro, ou dando início, a um movimento intelectual mais amplo, e que ganha força acadêmica nos anos finais da década de 1970, habitualmente conhecido como o abandono das “grandes narrativas”¹³.

Em que pese toda crítica a Eric Williams, Caio Prado Jr. e, por extensão, à teoria da dependência, Ciro Cardoso e Jacob Gorender nunca negaram a relevância das abordagens estruturais para a análise dos processos sociais escravistas [...] De todo modo, pode-se afirmar que foi com Ciro Cardoso, no final dos anos 1970, que começou um dos dois descolamentos (o outro foi a nova história social da escravidão) que em pouco tempo contribuíram para sepultar [...] a validade da categoria capitalismo para conferir inteligibilidade à compreensão do nosso passado escravista [...] a agenda de pesquisa das duas décadas anteriores era coisa do passado (MARQUESE, 2012, p. 18).

Retomando a agenda de pesquisa do passado, em consonância com o método de Marx e com os passos trilhados por Furtado (2008), Santos (1985), Ferlini (2002), Canabrava (2005) e Ricupero (2020), supomos que a determinação, no essencial, da proeminência do capital mercantil metropolitano na formação política, jurídica e moral da sociedade colonial, seja no seu setor produtivo ligado ao comércio externo ou no setor de subsistência e abastecimento das províncias, é condição necessária para a interpretação objetiva do passado colonial, seu desenvolvimento e suas consequências futuras. Isso posto, abre-se um leque de possibilidades para a análise das discontinuidades dessa hegemonia, para o exame da forma como esse capital age nos diferentes setores da economia colonial, para a interpretação das tensões que são gestadas com o surgimento do capital mercantil interno, principalmente após a dinâmica criada pela mineração, e para a mudança da relação direta entre o capital mercantil dos colonos com outras potências colonizadoras.

Ao interpretar o fenômeno dessa maneira, acolhe-se criticamente a leitura de Caio Prado Jr., Eric Williams e Sergio Bagú. Criticamente porque, de um lado, ponderamos a autonomia relativa do capital mercantil interno que vai se formando durante o período colonial e assume feições cada vez mais dinamizadoras durante o processo de decadência

¹³ Sobre o conteúdo filosófico presente na ideia de “abandono das grandes narrativas” pode-se conferir o pensamento de Lyotard (2000).

do regime. Exemplo expressivo desse movimento pode ser visto na produção de tabaco no recôncavo baiano que, no final do século XVIII, já comercializa aberta e legalmente com o estrangeiro (SANTOS, 1985), na acumulação de capital pelo setor pecuário que exporta e abastece a colônia (DA SILVA, 2002), mas, principalmente, na figura dos colonos-mercadores de escravos que surgem também no final do século XVIII como concorrentes do capital mercantil metropolitano (ALGRANTI, 2002). Contudo, em que pesem todos os constrangimentos e vicissitudes do processo de colonização, em última instância, a relação de subordinação, razão de ser da colônia perante a metrópole, *impõe* como necessidade histórica a dominância do capital mercantil metropolitano em todos os poros da vida colonial.

De outro lado, na obra de Caio Prado Jr., a aplicação genérica do termo capitalismo, isto é, não acompanhada de uma especificação temporal detalhada e de uma distinção que exponha os saltos qualitativos entre o período mercantil-escravista e a era do capital industrial, não nos parece um equívoco, mas sim uma lacuna deixada pelo autor, omissão essa possivelmente preenchida pelos esforços de Novais (2019), Santos (1985) e Mazzeo (2015). Obviamente, no campo teórico toda e qualquer brecha é caminho aberto para sínteses e conclusões equivocadas, mas também pode ser vista como uma abertura de possibilidades para o desenvolvimento e o aprofundamento do tema em questão.

A radicalidade da crítica feita às teorias que imputam um passado feudal ao Brasil tem como consequência reconhecer que, desde o século XIV, a Europa Ocidental passava por diversas transformações as quais, se não minavam por completo, produziam uma reorientação no interior do modo de produção que aquele continente vivenciava desde o século V. Temporalmente, o conjunto de relações criadas pelo sistema de colonização localiza-se na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa. Qualitativamente, o período mercantil-escravista vai se diferenciando do passado europeu pela ascensão do capital comercial, sua dinâmica de acumulação e reorganização político-institucional pautada pelas necessidades da burguesia mercantil. Período substantivamente diverso é aquele no qual a burguesia industrial assume o protagonismo e consolida um novo modo de produção baseado na exploração da força de trabalho, que unifica e molda a sociabilidade por completo. No entanto, no que concerne à etapa mercantil-escravista, nos parece válida a caracterização feita por Rubin (2014) de *capitalismo primevo*, fase de germinação do capitalismo propriamente dito. Analisado

por esse prisma, o ponto de vista no qual a etapa mercantil-colonial refere-se ao nascedouro do capitalismo industrial, a unidade da totalidade adquire não só historicidade, mas também concretude contraditória e de desenvolvimento desigual.

A condição de colônia de exploração, gênese do capitalismo de tipo dependente no Brasil, historicamente particular, está inseparavelmente ligada, no tempo e no espaço, às mesmas relações econômicas e políticas que fizeram da França e Inglaterra as primeiras potências econômicas no capitalismo industrial. Em síntese, é o processo de acumulação originária capitalista que liga a história do desenvolvimento europeu à gênese da dependência no Brasil. Por conseguinte, encontra-se na unidade do processo de desenvolvimento do modo de produção uma possibilidade de interpretação das relações que possibilitaram a existência de uma economia global francamente desigual: num primeiro momento, colônias para a exploração mercantil-escravista; na contemporaneidade, por sua vez, nações dependentes cuja superexploração da força de trabalho e transferência de valor potencializam a valorização do capital industrial e fictício a nível global. Mais uma vez, a totalidade cria a si mesma e as partes criam a totalidade.

Assim, a forma como se desenvolve a particularidade brasileira, atrofiada e alargando os índices de exploração, está casualmente determinando a dinâmica de centralização de poder e riqueza inerente ao modo de produção, ao passo que a forma como a economia mundial capitalista vem regredindo, desvalorizando ou tentando eliminar o trabalho do processo de valorização do capital, tem como consequência o aprofundamento das relações de transferência de valor e superexploração da força de trabalho, isto é, uma renovação e/ou desenvolvimento da condição de dependência.

O fundamento colonial-escravista e o caminho brasileiro para a dependência

No texto que introduz este artigo alertou-se para a compreensão da existência de mudanças qualitativas que nos leva a separar, concreta e analiticamente, o período de dominação colonial do atual regime de capitalismo dependente que vigora no Brasil. No entanto, há certos fundamentos que perpassam as duas formas de organização social, mesmo que transfigurados após a instituição formal de um Estado nacional soberano e politicamente independente. Esses fundamentos estão compreendidos no interior de questões mais amplas, a saber:

- a) a *exploração degradante* à qual o solo e a biodiversidade do Novo Mundo estão submetidos;
- b) a *exploração degradante* da força de trabalho no Brasil e na economia mundial;
- c) a consequente ausência de condições que possibilitem a garantia do direito a satisfação das necessidades humanas por parte do contingente de trabalhadores brasileiros;
- d) a transferência de riqueza material para fora do território brasileiro.

Na verdade, trata-se de componentes e fundamentos da organização social, política e econômica colonial que, ao persistirem na lenta e heterogênea desagregação do Império colonial, possuem a capacidade de singularizar e dinamizar funcionalmente a reprodução do desenvolvimento dependente. Evidentemente, são elementos que sofrem profunda mutação no decorrer do processo histórico, em especial após as transformações que o país obteve com a abolição do regime de trabalho escravo no final do século XIX e com o intenso processo de urbanização que marca o século XX (FERNANDES, 2020). Todavia, vincula-se aos objetivos deste artigo a interpretação contextualizada destes elementos, a diferenciação dos fundamentos que experimentam maior grau de supressão, aqueles que mesmo em metamorfose se fortalecem, ou, ainda, aqueles elementos que ao se perpetuarem atuam como suporte para adaptação da economia brasileira às condições de subordinação impostas pelo mercado mundial hierarquicamente estruturado.

Assim sendo, toma-se os três séculos de colonização portuguesa como o ponto de partida para a análise da dependência brasileira em face da economia mundial contemporânea. Nas palavras do historiador Fernando Novais, “embora seja um lugar-comum afirmar que o Brasil é fruto da colonização europeia, nem sempre se levam na devida conta todas as implicações envolvidas nessa assertiva” (NOVAIS, 2011). Buscamos nesse “lugar-comum” os fundamentos socio-históricos da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, características substantivas da economia brasileira dependente. Em síntese, nossa hipótese é a de que, na ampliação da produção escravista e no interior da ordem social escravocrata do período correspondente, germinaram as características particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil.

De imediato, destaco quatro elementos que compõem esse raciocínio:

- 1) A orientação para a produção de mercadorias exportáveis, razão de ser da colônia de exploração e característica básica da economia colonial no Brasil. Indagamos

de que modo essa orientação sofre alterações após o fim do estatuto colonial, período inegavelmente singularizado pela crescente dinamização da economia interna;

2) a questão da propriedade da terra; o modo extensivo e predatório da grande plantação. Com a formação de uma sociedade nacional verifica-se um movimento ascendente no padrão de concentração fundiária. Questiona-se sua ligação com o desenvolvimento das relações de dependência e sua tendência de degradação ambiental e superexploração das camadas trabalhadoras;

3) o papel e o modo como a instituição escravidão operou na produção mercantil (de caráter escravocrata ou não) e na organização de padrões de sociabilidade e exploração entre proprietários de escravos, trabalhadores livres e trabalhadores escravizados. Por outro ângulo, em que dimensões atuam os elementos que derivam dessa instituição (a escravidão) na formação e no desenvolvimento das relações capital-trabalho na economia contemporânea capitalista;

4) por fim, mas não menos importante, a gênese e o desenvolvimento de uma elite colonial: uma classe dirigente interna que atua criativamente no processo de drenagem colonial, associando-se de forma subordinada às cadeias de produção e distribuição mercantil concentradoras da riqueza a nível mundial. Quais são as características desse tipo de classe dominante, formada no interior da colônia, que podem ter ligação com o processo de acumulação baseado em baixos níveis de produtividade do trabalho.

É consenso, na literatura específica sobre a transição do feudalismo na Europa Ocidental para o modo de produção capitalista, que a crise que se abateu naquele continente no século XII marca o início da deterioração do modo de produção feudal¹⁴. Para Dobb (1976) e Sweezy (1971), o crescimento demográfico observado no continente, em especial na Inglaterra, em contradição com a baixa produtividade da terra que a exploração do tipo feudal proporcionava, engendrou uma incapacidade de autorreprodução do feudalismo, nutrindo, assim, as condições para o desenvolvimento do comércio e a consecutiva expansão marítima, da qual a exploração do território americano é parte integrante.

Perry Anderson sintetiza:

O fator mais profundo dessa crise geral reside provavelmente, porém, no colapso dos mecanismos de reprodução do sistema num ponto limite de suas

¹⁴ Ver, a respeito, Bloch (1982); Dobb (1976); Anderson (1982); Le Goff (1991).

capacidades últimas. A população continuava a aumentar enquanto era cada vez menor a rentabilidade das terras marginais ainda suscetíveis de conversão em função do nível técnico existente, e os solos deterioravam-se devido aos erros de exploração e ao caráter fabril das atividades (ANDERSON, 1982, p. 221).

Esse período de transição é conceituado pela historiografia econômica como a época do capital mercantil ou “capitalismo primevo” (RUBIN, 2014, p. 39), na qual se reconhecem duas fases. Num primeiro momento, entre os séculos XII e XIV, com o fim das Cruzadas na Idade Média tardia, o comércio se expandiu entre os países da Europa Ocidental e o Oriente, destacando-se o predomínio das cidades italianas de Gênova e Veneza no comércio com o Oriente. Interessa-nos, em especial, a fase do mercantilismo maduro, correspondente ao início da expansão comercial para o leste na Europa, rumo à Índia, e para o oeste, em direção à América, processos que se iniciam no final do século XV.

No mercantilismo maduro, por sua vez, particularizam-se momentos distintos que podem ser caracterizados da seguinte forma: uma etapa inicial nos séculos XV e XVI de formação e organização do sistema colonial cuja exclusividade da exploração pertence aos países ibéricos; a etapa propriamente concorrencial, que corresponde ao auge do período mercantil-escravista e que compreende desde o início do século XVII até meados do século XVIII; e, por último, o momento de crise e decadência do mercantilismo, em que a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que se inicia em 1775, é momento fundamental (WILLIAMS, 2012).

O sistema colonial do mercantilismo expressa, em sua substância econômica, uma ampliação da economia de mercado, a criação de economias complementares extraeuropeias que exerciam o papel de retaguarda econômica da metrópole¹⁵. Nesse sentido, um centro de decisão (metrópole) e sua respectiva colônia subordinada constituem “relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais” (NOVAIS, 2019, p. 78). Ou, nas palavras do mesmo autor, “a acumulação de capital comercial e formação da burguesia mercantil são pois os dois lados do mesmo processo” (NOVAIS, 2019, p. 95).

¹⁵ Assim o formula Leopoldo Waizbort: “é na colônia que se revela a verdade da metrópole – ou, por outras palavras, o ponto de vista da totalidade que engendra centro e periferia” (WAIZBORT, 2009, p. 410).

A súbita expansão do mercado mundial [...] o fervor competitivo das nações européias em apoderar-se dos tesouros da América, o sistema colonial – todos contribuíram substancialmente para destruir os entraves feudais a produção (MARX, 1986, respectivamente pp. 332 e 334).

O trabalho compulsório, na forma escrava, cumpriu uma dupla função econômica no período colonial. De um lado, promoveu o barateamento dos custos de uma produção voltada à comercialização na Europa, expediente que alavancou a acumulação de capital metropolitana, de outro, criou um mercado consumidor de escravos, as colônias de exploração. Visto pelas “boas almas” do momento como um anacronismo, o expediente que pertencia até então a um passado longínquo dos povos europeus, reaparece adquirindo contornos modernos, tornando-se, assim, funcional à ordem mercantil-colonial. Para Nelson Werneck Sodré, “os esforços para admitir [...] esse reaparecimento como reprodução exata do que ocorrera na antiguidade vem resultando infrutífero e conduzindo a conclusões errôneas” (SODRÉ, 1976, p. 74).

Em vez de brotar, como a escravidão no mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo (PRADO JÚNIOR, 2011a, p. 286).

A escolha da pele negra¹⁶ como agente do trabalho compulsório talvez não seja bem uma escolha, optou-se pelo lucro, e o lucro vinha da comercialização. “Eis aí, portanto, a origem da escravidão negra. A razão foi econômica e não racial; não teve nada a ver com a cor da pele do trabalhador” (WILLIAMS, 2012, p. 34). O mesmo autor sublinha que a preservação e o aperfeiçoamento do tráfico em África se mantiveram como objeto central da política externa britânica até o final do século XVIII, levando à conclusão de que “a história do crescimento do tráfico escravo é basicamente a história do *desenvolvimento* de Liverpool (WILLIAMS, 2012, p. 68).

Em Bristol, por volta de 1730, calculava-se que o lucro sobre uma carga de mais ou menos 270 escravos, numa boa viagem, alcançariam de 7 mil a 8 mil libras [...] Em Liverpool, não eram raros os lucros de 100%, e houve uma viagem que teve lucro líquido de 300% [...] um autor setecentista calculou o valor de 303.737 escravos transportados em 878 navios de Liverpool, entre 1783 e 1793, em mais de 15 milhões de libras esterlinas (WILLIAMS, 2012, p. 70 e 71).

Nesse ângulo, abre-se a perspectiva de que o comércio de escravos no período mercantilista é componente fundamental e decisório no processo de acumulação

¹⁶ “A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão [...] faz parte [o racismo] de uma ideologia que racionaliza e naturaliza uma ordem social e econômica existente” (WILLIAMS, 2012, p. 34).

originária, possuindo certa autonomia relativa face ao processo produtivo nas colônias, que se baseiam no trabalho compulsório: “o comércio de escravos possui fim em si mesmo” (WILLIAMS, 2012, p. 34). Dessa forma, o trabalho escravo-forçado funda o início da era moderna no Brasil porque antes de ser produção, ele é realização. Realização da mercadoria *escravo*, mercadoria essa que responde por elevada porcentagem no fluxo de importações da colônia¹⁷; realização também da mercadoria cujo ramo de negócios, o tráfico negreiro, desenvolve em grande medida o capital mercantil. Anota-se o fato de que, em função do desenvolvimento do capital comercial europeu, em especial o inglês, uma ordem de sociabilidade escravocrata foi criada em todos os poros da colônia, mesmo que nesta haja trabalhadores livres em grande número e com crescimento exponencial.

O mercantilismo põe as bases para o mercado mundial, e o “sentido da colonização”, como bem expressou Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* (2015), é comercial e exploratório, em uma palavra, representa elemento constitutivo da acumulação originária para formação do capitalismo industrial. Ou, na sentença de Bosi (1992), colonizar para o capitalismo. Mas não apenas para o desenvolvimento desse padrão civilizatório na Europa, como pontua o autor de *Revolução Burguesa no Brasil*, também “os móveis capitalistas do comportamento econômico foram introduzidos no Brasil juntamente com a colonização” (FERNANDES, 2020, p. 39).

Na acepção moderna da palavra, colonizar significa *explorar*, tendo como pré-requisito a ocupação do território, o povoamento e a valorização. A consagrada terminologia de Leroy-Beaulieu (1902) na qual se distingue, no interior do pacto colonial do mercantilismo, as *colônias de povoamento* das *colônias de exploração*, atribuindo às primeiras o papel de produção para o consumo interno da própria colônia ou exportação para mercados que não entrem em concorrência com sua respectiva metrópole, não cria choque analítico com a essência comercial e exploratória da colonização mercantilista, conforme procuramos argumentar nas páginas anteriores. Pelo contrário, as colônias de povoamento são parte integrante do sistema colonial como um todo e, por serem parte, apresentam singularidades, como é o caso, por exemplo, da Nova Inglaterra, inicialmente concebida com o intuito de resolver conflitos político-religiosos, mas não explicam o sentido funcional do conjunto, a expansão comercial e a acumulação de capital. “É a partir do sistema e, portanto, da exploração colonial que se pode entender o conjunto e, pois,

¹⁷ Furtado (2006) calcula que a importação da mercadoria escravo corresponde a uma média anual de 40% do montante total de produtos importados que ingressaram na colônia portuguesa do Novo Mundo.

também as colônias de povoamento, e não o contrário” (NOVAIS, 2019, p. 88). Ademais, a forma colônia de povoamento está entrelaçada direta ou indiretamente por relações do complexo laboral criado com o tráfico negreiro, componente fundamental da acumulação originária na Inglaterra.

A colonização portuguesa no território americano está estritamente orientada nos termos descritos acima, ou seja, no âmbito do desenvolvimento mercantil-escravista, cuja ampliação da economia de mercado funda-se na criação de economias complementares¹⁸. Desse modo, a formação do mercado mundial capitalista constitui, por princípio, a formação de uma unidade desigual que se processa na dinâmica espoliativa e se estrutura na subordinação de fato e de direito. Enquanto colônia de Portugal, a liberdade de decidir o que produzir, como produzir e, principalmente, o ritmo da produção no território colonial pertence a Portugal. Em síntese, “o sistema colonial organizava-se, tanto legal e política, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora” (FERNANDES, 2020, p. 41).

Trata-se de um território que pertence legalmente ao complexo e ramificado Império Português¹⁹. Nesse sentido, o processo de colonização efetua e confere dinâmica aos interesses financeiros da Coroa Portuguesa cuja visão estratégica está direcionada às potencialidades de consumo que o crescimento demográfico europeu fornece naquele período histórico. Esse constitui o primeiro aspecto que delimita a orientação produtiva na colônia – o setor externo – e, ao mesmo tempo, nos fornece indícios sobre as razões que levaram à opção pela monocultura. Como consequência desse primeiro aspecto, que perdura até a extinção do

São agentes da colonização aqueles que participam, frequentam e atuam na organização político-militar e nos círculos de negócios comerciais e produtivos. Nestas esferas da vida social na colônia, não há espaço de decisão ou agência para os trabalhadores submetidos à escravidão e nem para os trabalhadores livres sem propriedade. O poder de comando e organização pertence ao Rei e seus organismos consultivos, à nobreza, aos mercadores e, em menor medida, à Igreja. Registra-se nessa

¹⁸ “Colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande importância [...] nossa economia se subordinará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros” (PRADO JR., 2011a, p. 123).

¹⁹ A colônia “é, antes de tudo, um negócio do Rei [...] cujo ponto de vista na colonização é estritamente financeiro [...] o reino forma seu ápice e centro controlador” (PRADO JR., 2015, p. 385).

análise inicial a construção de fortes “barreiras de cor e de classe” no acesso ao poder e as riquezas produzidas na colônia²⁰. (PRADO JR, 2015, p. 387).

Vejam os como a exploração do trabalho se realiza e que caracteres vão se formando no desenvolvimento de uma produção baseada no trabalho escravo e na constituição de uma ordem social escravocrata: há um determinado número de trabalhadores no interior da colônia que não goza de liberdade, encontra-se sob a condição de propriedade de outro(s) sujeito(s). Neles, nos trabalhadores sem liberdade, se identifica a função trabalho e o trabalho como função se identifica neles. Assim, vai germinando um nó entre classe e etnia que o processo de miscigenação não poderá camuflar no que concerne à análise e compreensão dessas duas determinações específicas na constituição da classe trabalhadora do país dependente.

O trabalhador livre, não-proprietário e, portanto, pobre, sente a figura do escravo como uma espécie de presença ausente (FRANCO, 1997). Como o trabalho é função do escravizado, não é apenas o trabalho que se torna indigno, é o próprio trabalhador livre que, sem terra, sem trabalho e sem poder, vive a indignidade. Ao mesmo tempo, os traços que singularizam o trabalhador livre e sem propriedade se dissolvem no trabalhador submetido à escravidão, preenchendo e conformando suas futuras características após a abolição: o paternalismo que acomoda e agrega, assim como a criminalidade e a prostituição que ocupam e geram renda ao trabalhador livre na ordem escravocrata, serão traços marcantes de ocupação, geração de renda e acomodação do negro na sociedade de classes sob hegemonia do capital industrial.

Neste nó, de difícil distinção, identifica-se no racismo criado no processo de colonização escravocrata um recurso ao rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente. Na massa de trabalhadores livres e sem propriedade observa-se, em especial, o surgimento de um enorme contingente de trabalhadores desempregados, nosso futuro exército industrial de reserva, processo contraditório e inerente à própria lógica de acumulação que a colônia funcionalizou.

Considerações finais

²⁰ “... foi criada uma honraria especial, que valia por um título — o de ‘senhor de engenho’ — concedida especialmente por Sua Majestade”, senhor esse responsável não apenas pela unidade de produção, mas por uma “verdadeira célula social da colônia”. Na colônia, o poder já nasce concentrado e com responsabilidade definida, a de “*conservar em movimento* essa vasta empresa” (FURTADO, 2000, p. 101).

O processo de construção e consolidação de uma subsunção real do trabalho ao capital no Brasil é lento e heterogêneo. Nesse processo revelam-se características particulares no desenvolvimento, na acumulação e na reprodução do capital no interior do país. Como já exposto, seus fundamentos estão no correr da dominação colonial. Acrescenta-se o fato de que é após processo de independência que algumas características da produção colonial e da ordem social vigente ganham fôlego, expressando um imbricamento histórico entre o auge do desenvolvimento da formação social colonial e o início da formação jurídico-legal dos pilares estruturais do modo de produção capitalista no Brasil: a propriedade privada da terra, o mercado de trabalho assalariado e o Estado como entidade pública que assegura a legalidade da acumulação.

Após a independência política, a cada ano que passa, fazendo-se aproximar o trabalho livre e assalariado no Brasil, aumenta o fluxo de importações advindas do tráfico negreiro, crescem os índices de exploração sobre o escravo e sobre a força de trabalho submetida à escravidão para que se acompanhe o salto na produtividade dado pelo desenvolvimento manufatureiro estrangeiro, solidifica e se expande o poder paternalista, unilateral e privado do senhor dono de terras e de escravos. Ao mesmo tempo, e coordenado pelos mesmos agentes, desenha-se a primeira legislação da economia nacional sobre a posse e a propriedade da terra. Essa lei, de 1850, conserva intactos e mantém os mecanismos que possibilitam a concentração crescente da posse da terra no período colonial. A instituição escravidão, moralmente condenada, tem seu fim postergado por uma série de leis que anunciavam uma “abertura gradual”. O palco jurídico e legislativo dessa processualidade histórica se dá no império escravocrata nacional construído como resultado do fim da era colonial.

Dessa forma, com relação ao elemento propriedade da terra interpreta-se um baixíssimo grau de supressão relativo à dominação colonial. Na verdade, há uma tendência de fortalecimento da concentração da propriedade conjugada com uma refuncionalização dada pela economia nacional. Assim, perpetua-se o fundamento colonial como suporte para as condições de superexploração da força de trabalho, na medida em que a negação da democratização da terra coaduna a formação de um exército industrial de reserva, pressuposto estrutural da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes.

Em situação diversa encontra-se o elemento escravidão: em que pese o deliberado e camuflado adiamento de sua abolição, deve-se levar em conta que a formalização

jurídico-legal de sua supressão indica um elevado grau de possibilidades para sua alteração relativa ao período colonial. Nesse prisma, o que ganha relevo são as determinações da escravidão moderna presentes no trabalhador livre e nas relações de trabalho no Brasil. Em outras palavras, o alto grau de extração de valor e mais-valor presente nas relações econômicas e que dão suporte à funcionalidade da economia dependente.

O fim do estatuto colonial também revela uma mudança relativamente substancial com relação à orientação da atividade produtiva voltada ao exterior: muda-se a qualidade porque se altera, formalmente, o poder de comando e decisão de um centro controlador externo sobre a economia nacional. Contudo, em que pese a crescente dinamização da economia interna, há um fortalecimento dessa orientação traduzido na crescente dependência da economia interna aos ciclos de consumo externos.

Pode-se dizer que a moderna colonização é conformadora do “berço esplêndido” no qual germinou certo tipo de relações sociais que organizavam funcionalmente o sentido colonial. Destacam-se, em especial, o trabalho compulsório e o consequente/necessário autoritarismo nas relações de classe; a produção e a concentração de renda e riqueza baseadas na circulação e consumo fora da colônia, pouco importando a dinâmica da vida material interna. No processo de transição exercido sem uma ruptura revolucionária, a ideia de uma nação independente trouxe consigo a essencialidade dessas relações sociais que norteavam o período de subordinação colonial, ou seja, o desenvolvimento capitalista no Brasil independente é marcado por diversas transformações na classe trabalhadora e na dinâmica econômica do país sem que o passado deixe de ser uma presença constante.

O fundamento colonial-escravista brasileiro expressa, em certa medida, a razão sócio-histórica pela qual o país desenvolveu aspectos substanciais de seu desenvolvimento capitalista, a saber: a transferência de valor e a superexploração da força de trabalho. A superexploração da força de trabalho difere radicalmente da exploração da força de trabalho na forma escrava. Contudo, nesse momento, cabe demarcar que o período escravista, que se tornou em nosso entender um fundamento que a sociedade brasileira carrega consigo, constitui o lastro histórico que possibilitou concreta e subjetivamente o desenvolvimento de um padrão de reprodução do capital pautado na superexploração da força de trabalho.

Ainda que o passado escravocrata tenha legado marcas singulares e peso expressivamente maior sobre os trabalhadores negros no Brasil contemporâneo, se entendemos o escravismo como algo que perpassou a história da colônia em seu conjunto, o fundamento que ditava o ritmo da produção, pode-se interpretar que, mesmo que o trabalho compulsório tenha sido imposto fundamentalmente somente a uma parcela da sociedade, a população negra, a construção social que se fez sobre o sentido do trabalho, e a imagem que se formou sobre a ideia *de classe trabalhadora* no Brasil está diretamente marcada pelo trabalho compulsório. Como exemplo, podemos interpretar o fundamento escravista modelando relações de xenofobia e preconceito que o sertanejo (que não é identificado como negro) sofre ao se deslocar para o centro-sul em busca de trabalho. Preconceito esse que, segundo Kowarick (1978), exerce a função econômica de rebaixar o custo de reprodução da massa trabalhadora em seu conjunto, independentemente de sua origem étnica ou regional.

Para que se realize a condição de superexploração (que estrutura o eixo das relações de trabalho no Brasil) impõe-se certo padrão na obtenção de necessidades básicas para a reprodução dos trabalhadores. No Brasil contemporâneo, a segurança alimentar, a situação habitacional, as condições de saúde e segurança no trabalho, o tempo para o lazer, dentre outras necessidades humanas, estão estritamente ligadas à construção social sobre a ideia de trabalho/trabalhador desenhada nos três séculos de colonização.

Apontamos, ainda, elementos de continuidade nas relações de trabalho e na produção de valor que diferenciamos, teórica e politicamente, da ideia de “resquícios” pré-capitalistas. Seriam resquícios se considerássemos a ordem capitalista no Brasil baseada em algum modelo ideal (provavelmente o modelo inglês ou estadunidense), na qual o movimento de desenvolvimento avança eliminando traços alheios e disfuncionais à reprodução capitalista. Em caminho contrário, interpretamos a continuidade da essencialidade colonial como funcional ao desenvolvimento capitalista de tipo dependente, portanto, não só plenamente passíveis de incorporação à ordem capitalista industrial/financeira, mas também necessários à organização de um capitalismo que se desenvolve baseado na metamorfose e no aprofundamento de certos elementos típicos do período de hegemonia do capital mercantil.

Se é certo que a exploração da força de trabalho na modalidade compulsória forneceu a base para os processos de acumulação primitiva, nos parece limitado compreender a escravidão moderna apenas como fornecedora e constituidora de

relações “pré-capitalistas”. No presente exame, tomou-se o trabalho escravo-forçado como fundamento histórico, moral e político que abriu possibilidades para as relações de superexploração da força de trabalho na economia nacional. Se acolhermos o caráter moderno da colonização e, com isso, o cunho moderno do racismo e da escravidão, tem-se determinações do escravismo na constituição e fundamentação da exploração do trabalho livre no mundo moderno. Ainda que tais determinações estejam se processando de modo condensado na formação social brasileira, se apresentando sob a forma de superexploração da força de trabalho *livre*, esses fundamentos estão inscritos e registrados na unidade do desenvolvimento capitalista. Assim, tem-se um mundo moderno que explora a força de trabalho livre, mas revertendo e desenvolvendo parte dessa exploração em conteúdo regressivo, o escravismo moderno.

Ao observarmos a racionalidade com a qual operou o processo que deu trânsito para a economia de bases nacionais, e nos centrarmos na permanência e intensificação funcional do regime de trabalho escravo e na manutenção também funcional da economia de subsistência, formando e constituindo o que passou a ser denominado processo de “acumulação primitiva interna”, observa-se um impulso para o nascimento de um tipo singular de configuração urbano-industrial que, em seu desenvolvimento, culminaria na caótica e doentia megalópole, expressão singular do desenvolvimento capitalista em países dependentes (FREITAG, 2002). Ao analisarmos alguns aspectos da vida cidadina presentes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor medida, Brasília, cidades que possuem um contingente populacional significativamente maior do que aquele observado na maior parte das grandes cidades dos países centrais, mas que, devido aos limites da industrialização periférica, oferecem um número expressivamente menor de oportunidades de trabalho, tem-se um ambiente urbano-industrial que carrega consigo promessas gerais da vida cidadina, mas as condensa e desenvolve ampliando ilusões gerais do mundo moderno.

Referências bibliográficas

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ALGRANTI, L. M. Os ofícios urbanos e os escravos ao ganho no Rio de Janeiro colonial (1808-1822). In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp, 2002.

AMARAL, M. S. *Teorias do imperialismo e da dependência*: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da FEA-USP, 2012.

- AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ANDERSON, P. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Porto: Afrontamento, 1982.
- BAGU, S. *Economía de la Sociedad Colonial*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.
- BONENTE, B. I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da ESC-UFF, 2011.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, O. “Agrarismo e industrialismo”. In: PERICÁS, L. B. *Caminhos da revolução brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CANABRAVA, A. P. *História econômica: estudos e pesquisas*. São Paulo: Unesp, 2005.
- CARCANHOLO, R. A. *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo em Costa Rica*. Tese de Doutorado. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 1981.
- CARCANHOLO, M. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: FILHO, N. A. *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.
- CARCANHOLO, M. D.; AMARAL, M. S. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, p. 163 – 181, 2008.
- CARDOSO, C. F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- DA SILVA, F. C. T. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Edusp, 2002.
- DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Do feudalismo ao capitalismo*. Lisboa: Don Quixote, 1971.
- DUARTE, M. *A ordem privada e a organização político nacional*. São Paulo: Nacional, 1939.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Contracorrente, 2020.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREITAG, B. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2002.
- FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HELLER, A. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Presença, 1982.

- HOBSBAWM, E. *Sobre a história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- _____. *Sociologia da sociologia*. São Paulo: Ática, 1989.
- KAYSEL, A. *Dois encontros entre o marxismo e o Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- KOFLER, L. *História e dialética: Estudos sobre a metodologia da dialética marxista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- KONDER, L. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- LEROY-BEAULIEU, P. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin et cie, 1902.
- LUCE, M. S. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Porto Alegre: PPGH – UFRGS, 2011. Tese de Doutorado.
- _____. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias-uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria de particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Para uma ontologia do ser social*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- _____. *O jovem Hegel e os problemas da sociedade capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2018b.
- _____. *A destruição da razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- LYOTARD, JF. “A condição pós-moderna”. *Sociologia da Educação: Teorias e métodos*, v. 1, p. 362, 2000.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, P. (Org). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.;
- MARQUES, R. M.; NAKATANI, P. *O que é capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARQUES, R. M. et al. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- MARQUESE, R. B. “Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas”. (prefácio) In: WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- MAZZEO, A. C. *O voo de minerva: a construção da política, do igualitarismo e da democracia no ocidente antigo*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *Estado e Burguesia no Brasil*. Origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. *Os portões do Éden: igualitarismo, política e Estado nas origens do pensamento moderno*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOURA, C. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2013.
- MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- NAKATANI, P.; MARQUES, R. M. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NOVAIS, F. A. “Entrevista”. In: PRADO JR. C. *Formação do Brasil Contemporâneo Colônia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- PINTO, A. V. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PRADO JR. C. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo Colônia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015.
- RANGEL, I. “Dualidade básica da economia brasileira”. In: *Obras Reunidas*. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RICUPERO, R. *A formação da elite colonial no Brasil (de 1530 a 1630)*. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.
- RUBIN, I. I. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- SAES, D. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1982.
- SODRÉ, N. W. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973
- _____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- VIANNA, O. *Populações meridionais no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.
- WAIZBORT, L. “Roberto Schwarz: entre a forma literária e processo social”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WERNECK-VIANNA, L. “Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (Org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.